Hannah Arendt e os estudos em Jornalismo: diálogos possíveis

Hannah Arendt and Journalism studies: possible dialogues

Muriel Emídio Pessoa do Amaral[1]

Professor colaborador do Departamento de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Pós-doutor pela mesma instituição. Doutor e mestre em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Bauru). Doutorado-sanduíche em Estudos Culturais pela Universidade de Aveiro (Portugal).

Paula Melani Rocha[2]

Professora do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo e do curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Coordena o grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero e o projeto de extensão Jornalismo, Direitos Humanos e Formação Cidadã. Mestre e doutora em Sociologia pela UFSCAR. Pós-doutora em Jornalismo pela Universidade Fernando Pessoa. Bolsa Produtividade em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico/Extensão (Fundação Araucária).

Resumo

A proposta desse artigo é de discutir as contribuições feitas por Hannah Arendt sobre política, espaço público, linguagem e liberdade em interface com os estudos e práticas profissionais em Jornalismo, na intenção de promover diálogos interdisciplinares. O entendimento dos autores sobre política contempla a intenção de diálogo e comunicação, e, a partir desta ideia, o texto discorre sobre como essa proposta pode ser reconhecida nos estudos e no exercício da profissão em Jornalismo na promoção da mentalidade alargada e na formação do espaço público e político.

Palavras-chave: estudos em Jornalismo, linguagem, política, espaço público, liberdade.

Abstract

The purpose of this article is to discuss Hannah Arendt's contributions to politics, public space, language, and freedom in an interface with professional studies and practices in Journalism. The authors' understanding of politics contains the intention of dialogue and communication. Based on this idea, the text discusses how this proposal may be recognized in studies and the professional exercise in Journalism to promote the enlarged mentality and the formation of the public and political space.

Keywords: Journalism studies, language, politics, public space, freedom.

1. Introdução

A proposta desse artigo é traçar outras considerações interdisciplinares para o campo da comunicação, em especial, para os estudos do Jornalismo, ao trazer à luz as discussões elaboradas por Hannah Arendt (1998, 1989a, 1989, 2018, 2020, 1997) sobre política, espaço público, linguagem, liberdade e poder e como esses conceitos podem ser aplicados nos estudos e nas práticas do Jornalismo. Assim, o artigo traz como referências as contribuições de Pontes (2017), Schmitz (2010), Meditsch (2001), Meditsch e Segala (2005), Festa (1986), Pasquali (1973), Medina (1986) e Grinberg (1987) para o debate.

Arendt, que tinha aversão a ser reconhecida como filósofa e preferia ser valorizada como pensadora do político, propôs reflexões sobre temas e conceitos citados em diversas áreas do conhecimento, em especial a Filosofia, Ciência Política e Filosofia Política, ao analisar a ocorrência de regimes totalitários e do fascismo que surgiram na Europa, na primeira metade do século XX. Assim, por que não trazer também as contribuições feitas por Hannah Arendt ao campo da Comunicação e do Jornalismo para o alargamento do conhecimento e das referências teórico-metodológicas?

Para apresentar a necessidade de abordar Hannah Arendt na pesquisa em Comunicação de tal forma, apenas

1 Professor colaborador do Departamento de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Lattes: http://lattes.cnpq.br/4761413125048116. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3069-6697. E-mail: murielamaral@yahoo.com.br

2 Professora do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo e do curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Lattes: http://lattes.cnpq.br/6167780482628027. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5525-6650. E-mail: paulamelani@gmail.com

para ilustrar, em busca realizada com o comando "Hannah Arendt" no Catálogo de Teses Capes[3], a base de dados que reúne teses e dissertações defendidas entre os anos de 1987 e 2019[4], foram detectados 922 trabalhos realizados e defendidos. Do universo reconhecido, 169 pertencem às áreas das Ciências Sociais Aplicadas, área que engloba as subáreas do Jornalismo, Comunicação, Comunicação Visual e outras correlatas, e não há qualquer registro de pesquisa desenvolvida em programas de pós-graduação em Jornalismo. Dentro dessas subáreas, há 21 trabalhos que trazem alguma referência à autora, sendo o primeiro em 1995, o segundo em 2006, o terceiro em 2008 e, a partir desse ano, houve ao menos um trabalho apresentado em alguma subárea em que a autora foi consultada como referência bibliográfica. Destarte, no começo da formação da base de dados não houve muito interesse pelas considerações da autora e ainda há pouca incidência do pensamento dela nos anos seguintes. De qualquer forma, os estudos que envolvem a contemplação de Hannah Arendt são escassos dentro da área, e daí a importância de trazer suas reflexões para debate.

Para Arendt (1998, 1989), a política, a ação realizada em conjunto, é organizada a partir da linguagem compartilhada pela comunicação. Desse modo, a comunicação estabelecida pelo diálogo é um processo fundamental para o espaço público em que sujeitos e grupos podem falar e ser ouvidos. O debate, a exposição da *doxa* (opinião) e as discussões existentes no espaço público são condições que elaboram o mundo em comum para a convivência e o fomento da pluralidade, imprescindíveis para o desenvolvimento da política e também do jornalismo. Conforme Arendt aponta, "o mundo não é humano simplesmente por ser feito por seres humanos e nem se torna humano simplesmente porque a voz humana nele ressoa, mas apenas quando se tornou objeto de discurso" (Arendt, 2008, p. 33). A linguagem é um código que se propõe a desenvolver sinais de pertencimentos sociais e manifestações políticas, uma vez que está associada à liberdade e à vontade de promover o entendimento e a união entre os homens. E não ter a sensação de pertencimento ao mundo é, para Arendt (1989), uma das angústias mais agudas sentidas pelos homens.

As contribuições que Arendt fez para as ciências políticas e a filosofia política podem ser apropriadas aos estudos do Jornalismo quando a intenção é pontuar a importância da comunicação para a estruturação da ação política, o comprometimento com a cidadania e a promoção do espaço público. Ao propor diálogos a partir das considerações de Arendt com estudos de Jornalismo e da Comunicação, não se pretende desconsiderar as pesquisas elaboradas sob outros pontos de vista que não contemplaram os posicionamentos da autora; ao contrário, aqui se tenciona acrescentar visões que ofereçam outros caminhos que possam contribuir para o debate no campo do Jornalismo e da Comunicação. A partir desta proposta, a pesquisa se estende em analisar as contribuições de Arendt para refletir sobre a pluralidade a partir da diversidade de fontes e o exercício profissional do jornalista para promover a mentalidade alargada.

2. Quadro teórico-metodológico

Hannah Arendt nasceu em Königsberg, cidade do interior da Alemanha, no dia 14 de outubro de 1906. Vinda de uma família judia reformista (mais flexível quanto aos dogmas) e de classe média, os estudos fizeram parte das atividades dela desde criança. Sua mãe tinha propósitos liberais e social-democratas, o que refletiu na formação de Hannah. Para dar continuidade aos estudos, um movimento conflituoso para moças daquela época, Hannah teve passagens pela Universidade de Berlim, pela Universidade de Heidelberg e pela Universidade de Marburgo. Nas instituições pelas quais passou, ela teve aulas com expoentes da filosofia alemã como Karl Jaspers, que foi seu orientador no doutorado, e Martin Heidegger (Young-Bruhel, 1997).

A tese de doutorado de Arendt teve como título "O conceito de amor em Santo Agostinho", e na pesquisa, mesmo embrionariamente, ela apresenta, a partir da Fenomenologia, considerações importantes que serão muito férteis para compreender a importância do amor no espaço público enquanto ação para a construção do mundo em comum e da ação política (Arendt, 1997). No começo da sua carreira profissional, Arendt teve dificuldade para manter estabilidade no meio acadêmico e, após o fim dos estudos, ela se casou com Gunther Stern, em 1930, com quem começou uma saga de fuga do regime totalitário que contaminava a Alemanha. Em 1933, Arendt foi detida em um campo de concentração e conseguiu escapar. Em 1939 se separou de Stern e no ano seguinte se casou com Heinrich Blücher, com quem, mesmo sendo ambos apátridas, conseguiu fugir para os Estados Unidos. Naquele país, ela começa a ter projeção mundial com suas reflexões acerca dos regimes totalitários e da ação política.

A partir da experiência que sentiu na própria pele pela ascensão dos regimes autoritários na Europa e com base nas referências clássicas sobre política e espaço público, Arendt discute sobre a ruptura que houve com a tradição

3 Busca realizada no dia 16 de dezembro de 2020. Disponível em: https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/. Acesso: 16 dez. 2020.

4 Até a realização desse texto, não houve registros de teses ou dissertações defendidas em 2020.

filosófica ao reconhecer que o totalitarismo foi um acontecimento que estilhaçou as referências e a cadência entre o passado e o futuro. As manifestações totalitárias destruíram a tradição de pensar e refletir sobre os espaços público e privado, bem como os conceitos de autoridade, força, violência e política (Arendt, 1989a), além de violarem o entendimento da condição humana pela destruição da liberdade, dos aspectos privados e da possibilidade do direito a ter direitos.

Pela visão da autora, não há possibilidade de haver ação política onde prevalece a violência. De acordo com Arendt (1998), o espaço político é elaborado a partir do momento em que há a instituição da *liberdade*, da *comunicação* e da *visibilidade* que, quando articuladas entre si, promovem a *pluralidade* de discursos pela linguagem. Paralelamente a esse entendimento, a política, para Arendt (1998), se estrutura *entre-os-homens* enquanto um movimento que prima pelo diálogo para promover as melhores alternativas para a organização da *pólis*; por isso a sua crença de que a *pólis* grega era um dos expoentes de demonstração da política. Manifestar-se no espaço *entre-os-homens* é, para Arendt, uma condição de liberdade, sendo esta inerente à política que, por sua vez, "[...] diz respeito à coexistência e associação de homens diferentes" (Arendt, 2008, p. 145), ou seja, à intenção de promover a pluralidade dos discursos.

A constituição da liberdade e da pluralidade é possível a partir da comunicação. O debate e a discussão públicos são imprescindíveis para a política e, por isso, Arendt (1989) pontua que esses movimentos não acontecem de modo linear ou na passividade dos comportamentos, o que também não quer dizer que sejam violentos. Para ela, é no espaço público, como cenário da ação política, que há a arguição, o enfrentamento, o questionamento, a persuasão, que são elaborados pela circulação de discursos promovidos pelos sujeitos livres. A ocorrência de homogeneização de posicionamentos é algo negativo para o desenvolvimento do debate político, pois não são criados espaços para considerar a pluralidade e a diversidade de ideias. A intenção de ferir a liberdade e a visibilidade não se configura como sendo uma ação política, mas abre brechas para manifestações de violência (Arendt, 2020).

Em grande medida, o fascismo e outras manifestações totalitárias se propuseram a aniquilar a pluralidade dos discursos e as possibilidades de visibilidade e comunicação no espaço público, reproduzindo a ideologia predominante da violência e do horror, além de destruir as manifestações diferentes e contrárias às estruturas estabelecidas. O sujeito que se posiciona pelo discurso no espaço público, gozando de sua liberdade, tem sua legitimidade reconhecida perante os demais. Conforme apontam Branco e Rocha (2018, p. 220), amparados em Arendt, "É a necessidade de desvelar a própria identidade que impulsiona o homem em contato com o outro, a agir e apresentar-se linguisticamente ao seu interlocutor". Assim, não apenas o discurso do sujeito não pode ser desdenhado, mas seu histórico e sua visão de mundo também devem ser contemplados no reconhecimento da sua aparência pública, e essa condição pode estar presente nos discursos jornalísticos, na apuração dos fatos e na consulta de diversas fontes.

As opiniões (*doxa)* que circulam no espaço público não podem ser cerceadas pela violência de provocar invisibilidade, todavia, essas mesmas opiniões não podem ser consideradas como condições de verdade. O debate e o exercício de compreender e dar visibilidade aos discursos promovem a construção de conhecimento e, consequentemente, a elaboração do espaço político. Arendt (1989) reconhece a importância das singularidades de cada discurso; entretanto, essa singularidade não pode ser motivo para anular a pluralidade de posicionamentos que está em circulação no mundo.

O discurso proferido pelo sujeito é um modo de agregar posicionamentos à pluralidade, além de servir como propósito para diálogo e reconhecimento de experiências, identidades e vivências que criaram a vida mundana, ou seja, a vida em conjunto pelo mundo:

> *A ação e o discurso são tão intimamente relacionados porque o ato primordial e especificamente humano deve conter, ao mesmo tempo, resposta à pergunta que se faz a todo recém-chegado: "Quem és?" Essa revelação de quem alguém é está implícita tanto em suas palavras quanto em seus feitos; [...] grande parte dos atos, senão a maioria deles, seja realizada na forma de discurso. De qualquer modo, desacompanhada do discurso, a ação perderia não só o seu caráter revelador, como, e pelo mesmo motivo, o seu sujeito, por assim dizer: em lugar de homens que agem seríamos robôs executores a realizar coisas que permaneceriam humanamente incompreensíveis. A ação muda deixaria de ser ação, pois não haveria mais um ator; e o ator, realizador de feitos, só é possível se for, ao mesmo tempo, o pronunciador de palavras. A ação que ele inicia é humanamente revelada pela palavra, e embora seu ato possa ser percebido em seu aparecimento físico bruto, sem acompanhamento verbal, só se torna relevante por meio da palavra falada na qual ele se identifica como o ator, anuncia o que faz, fez e pretende fazer (Arendt, 1989, p. 221).*

Arendt acredita que a presença de diversos discursos oferece a possibilidade de criação do novo, uma outra oportunidade de vida que irá apresentar outros repertórios

e irá desenvolver outras formas de sociabilidades dentro do espaço público. Essa dinâmica discursiva pelo compartilhamento da linguagem se dá sobre as construções realizadas pela humanidade no debate e na discussão pública, e, como a autora apresenta, os homens "só podem experimentar a significação porque podem falar uns com os outros e se fazer entender aos outros e a si mesmos" (Arendt, 1989, p. 5).

Em outra perspectiva, a linguagem, pela visão da autora, é sintoma da liberdade por promover a interação com a pluralidade. O modo de entendimento de Arendt acerca da linguagem poderá servir como processo metodológico para a comunicação alternativa. Conforme aponta Grinberg (1987), a imprensa alternativa teve como proposta sanar a debilidade comunicacional quanto à concentração e limitação de discursos que se encontram em circulação. Essa realidade, a partir do ponto de vista de Pasquali (1973), torna-se uma questão a ser resolvida, pois limita os processos de comunicação e a perda do pensamento crítico da sociedade em pontos de vista unilaterais ou reducionistas. Em diálogo com os propósitos de Arendt, a comunicação alternativa pode ser compreendida como ação política porque é um movimento de promoção de liberdade, uma vez que alarga a circulação de discursos e reconhece outras vivências e experiências conjugadas no espaço público e que foram silenciadas pelo exercício da violência.

Em períodos de privação de liberdades pessoais e de imprensa, como a ditadura civil-militar brasileira que aconteceu entre os anos de 1964 e 1985, os veículos de comunicação alternativa desempenharam funções importantes para amenizar a deficiência comunicacional existente. Para além disso, a deficiência não se encontra em uma ordem quantitativa e numérica; esses veículos promoveram movimentos de resistência e visibilidade política e discursiva àqueles que foram privados de liberdade. Conforme aponta Festa (1986, p. 10), a comunicação alternativa "caracteriza-se por uma comunicação de resistência, denúncia e acumulação de forças por parte das oposições".

Aliás, não apenas a comunicação e a imprensa alternativas podem ser consideradas como demonstrações de liberdade, mas todos os processos comunicacionais e jornalísticos que primam pela ação política e pela pluralidade de discursos também o são. Como, para Arendt, a liberdade é a *raison d'être* (razão de ser) da política, assim a liberdade é para ser livre (Arendt, 2018). O entendimento da autora sobre liberdade e ação política não contempla a existência de propósitos privados ou movimentos instrumentais, e a finalidade desses conceitos é em si mesmos. Pelo caminho percorrido por Arendt, a liberdade acontece apenas no espaço público e, assim como a comunicação se refere à partilha, a liberdade

> *[...] é o desejo de excelência que faz com que os homens amem a companhia dos seus pares e os incitem ao âmbito público. A liberdade pública é [...] criada pelos homens para que a desfrutem juntos em público – para* ***serem vistos, ouvidos, conhecidos e lembrados por outros****. E esse tipo de liberdade exige igualdade, é possível apenas entre pares (Arendt, 2018, p. 30, grifo nosso).*

A construção do espaço público e as práticas do jornalismo podem ser analisadas, sob o ponto de vista de Arendt, na intenção em que há o propósito de oferecer voz aos que têm sua aparência obscurecida no movimento de contemplação da pluralidade de discursos. Na sequência, o texto analisa a função das fontes como promotoras da pluralidade e a sua relação com o conceito de mente alargada desenvolvido para evitar a destruição do espaço político.

3. Discussão

Enquanto práxis jornalística, a presença de pluralidades desenvolve a visibilidade de discursos pelo diálogo com as fontes e o reconhecimento dos contextos em que são elaborados os conteúdos jornalísticos. Conforme aponta Schmitz (2010), a consulta a fontes é uma atividade essencial para a produção jornalística, pois é pelo discurso apurado das fontes que é possível esclarecer os acontecimentos, desenhar os contextos e informar o público. A partir da ideia de Martin Buber, que acredita na comunicação enquanto possibilidade de interação entre pessoas a ponto de serem marcadas pela relação, para Cremilda Medina (1986), a entrevista, em suas diferentes aplicações, pode ser compreendida como uma possibilidade de interação social que está a serviço da pluralização de vozes e da criação de espaços democráticos. O pensamento da autora vai ao encontro das considerações de Arendt a partir do momento em que ela avalia a comunicação como um dos propósitos políticos. É relevante trazer à discussão a pluralidade nas mediações e análises apuradas pelo jornalista para compor o discurso que será veiculado. Em diálogo com as considerações apresentadas, Pontes afirma que

> *Ao jornalista não cabe a reprodução superficial da realidade sem considerar analítica e criticamente quais mediações engendram o fato social, quais mediações condicionam as consequências desses fatos sociais e mobilizam o próprio fazer do jornalismo. [...] Portanto, se o jornalismo é um processo de conhecer que exige o exercício crítico das mediações, há gradações de conhecimento possíveis de se identificar nas apurações e textos*

> *jornalísticos. Quanto mais as mediações são investigadas, quanto mais investimento intelectual e formativo os jornalistas oferecem aos leitores para reconstituir a dimensão fenomênica do fato social, mais força ganha essa singularidade, pois ela, em sua exposição, trará a dimensão dos conceitos que materializam os fatos sociais (Pontes, 2017, p. 178).*

Independentemente da qualidade da fonte[5] e da natureza da atividade jornalística (privada, pública, alternativa, dentre outras), há a preocupação acerca do desenvolvimento do interesse público e do tratamento destinado às fontes, como também preveem os parágrafos II e III, do artigo 12, do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Pelas normativas da letra do código, cabe aos jornalistas: "II – buscar provas que fundamentem as informações de interesse público; III – tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar" (FENAJ, 2014). Segundo aponta Bucci (2000, p. 18, grifo nosso), o Código de Ética também se propõe a oferecer pluralidade a partir do momento em que prima pela "defesa da liberdade, da verdade, da justiça, da *pluralidade* de opiniões e de pontos de vista, e da vigilância dos atos do governo". Na apuração dos acontecimentos, a relação entre fontes e jornalistas é tida como uma manifestação de pluralidade ao compreender o discurso e as manifestações de cada um dos participantes do diálogo; a partir de quando

> *[...]* ***diferentes indivíduos fornecem diferentes dados****, que variam de acordo com seus interesses e pontos de vista, considera-se importante conhecer quem são as pessoas que têm voz no jornalismo, bem como apreender as implicações da escolha das mesmas pelos profissionais da informação (Meditsch e Segala, 2005, p. 17, grifo nosso).*

Em outro estudo, Eduardo Meditsch acrescenta que "A função mediadora que o jornalismo assume – entre os diversos discursos produzidos na sociedade e o seu público – faz com que processe e absorva em seu conteúdo os atos de fala de *diferentes atores sociais*" (Meditsch, 2001, p. 188, grifo nosso), uma passagem que conota a importância da pluralidade entre as atividades do jornalismo. Se, por um lado, há a intenção de contemplar diferentes discursos das fontes, a prática do jornalismo pode ficar retida em práticas que constroem um "emaranhado de retóricas de fachada e astúcias táticas, de códigos, estereótipos, símbolos, tipificações latentes, representações de papéis, rituais e convenções" (Wolf, 2001, p. 189), um movimento que obscurece a pluralidade e a construção do espaço em comum.

A retenção em estereótipos e a redução dos sentidos não fomentam as questões mundanas e podem ser interpretadas como movimentos de violência dentro das práticas do jornalismo. Para além da máxima de "ouvir todos os lados da notícia", contemplar a pluralidade, pelo olhar de Arendt, é o exercício de legitimação de discursos e da visibilidade aos sujeitos para o desenvolvimento do espaço e do debate públicos, além de configurar o comprometimento ético com a sociedade quanto ao acesso à informação, sem a necessidade de instrumentalizar o exercício do jornalismo em movimentos privados. O jornalismo, assim como a ação política pela perspectiva de Arendt, não são uma manifestação pública simples ou unilateral, mas fruto de discussões e enfrentamentos enquanto movimentos que buscam a transparência e a arquitetura do espaço em comum.

Trazer à tona a diversidade de fontes, dados divulgados por organizações, consulta a documentos e conversas com personagens envolvidos direta e indiretamente com os acontecimentos é uma estratégia que promove a pluralidade e o reconhecimento de discursos. Esse comportamento jornalístico poderá ser analisado segundo o entendimento de Arendt (1994) sobre mentalidade alargada. As fontes, quando consultadas, trazem à tona suas experiências e conhecimentos que serão coletados e divulgados e colaboram para a construção do discurso jornalístico. O desenvolvimento da mentalidade alargada é um dos movimentos que fomenta a garantia de dignidade pelos direitos humanos. No exercício do jornalismo, cabe ao profissional compreender os motivos da atuação das fontes dentro daquele contexto antes de fazer qualquer tipo de julgamento. O exercício de compreender, para Arendt (2001), é

> *Um processo que nunca chega a resultados unívocos. É uma actividade incessante, que muda e varia a todo o momento, mas através da qual podemos reconhecer a realidade e reconciliarmo-nos com ela, ou seja, tentar sentirmo-nos no mundo como nosso lugar. [...] A compreensão é interminável e, por isso, não pode chegar a resultados finais. [...]* ***A compreensão é criadora de sentido, de um sentido que produzimos no próprio processo de viver, na medida em que nos esforçamos para nos reconciliar com as nossas acções e com as nossas paixões****. [...] a compreensão baseia-se no conhecimento e o conhecimento não pode*

5 De acordo com Schmitz (2010, p. 47), as fontes podem ser classificadas pela "categoria (primária e secundária), representatividade (oficial, empresarial, institucional, testemunhal, especializada e de referência); ação (proativa, ativa, passiva e reativa), crédito (identificada e sigilosa) e pela qualificação (confiável, fidedigna e duvidosa)".

> *desenvolver-se sem uma compreensão prévia, ainda por articular (Arendt, 2001, p. 231-235, grifo nosso).*

O movimento de compreender apresentado por Arendt não se resume à mera empatia e a se posicionar no lugar do *outro* dentro do espaço público, mas implica se articular pela imaginação enquanto um exercício de transcender a própria condição existencial para alcançar e contemplar o *outro* dentro da construção do mundo comum. A capacidade de imaginar desenvolvida por Arendt parte da sua leitura de Immanuel Kant quanto ao juízo reflexivo, que, embora seja um movimento solitário, é exercido pela razão e pela função de promover comunicabilidade, ou seja, é fruto do pensamento que pode ser exposto no espaço público. Kant, por usa vez, acreditava que o juízo, a partir do reconhecimento estético, é uma manifestação desinteressada, ou seja, não tem uma finalidade. A condição de ser desinteressada é o princípio da ação política e dos processos de compreender apresentados por Arendt. Para Correia (2012, p. 170, grifo nosso), a imaginação é tida "[...] também como a capacidade de *representar na mente o ponto de vista de todos os outros que habitam o mundo*, tornados então virtualmente presentes e tomados efetivamente em consideração na formulação do juízo"; esse movimento é o que proporciona a mentalidade alargada e pode contribuir para a apuração jornalística.

A partir do momento em que jornalistas conseguem observar os discursos e as atitudes das fontes, além de compreender os motivos e as razões em relação aos contextos em que determinados acontecimentos ocorrem, os processos jornalísticos, principalmente no que se refere à apuração da notícia e à construção do discurso, podem ser analisados à luz do entendimento de Arendt sobre mentalidade alargada. Este movimento implica certo afastamento de doutrinas, formação de estereótipos e representações previamente estabelecidas; entretanto, não resulta no desligamento e distanciamento dos fatos, sendo, ao contrário, o exercício de compreender as realidades e as singularidades de pessoas e acontecimentos pela liberdade de pensar.

O movimento de imaginar a condição do *outro* poderia ser apropriado pelas práticas do jornalismo em defesa da pluralidade e visibilidade desenvolvidas por Arendt. O exercício de alargar a mente e de compreender o *outro* é, em grande medida, a orquestração da ação política que visa à construção do mundo em comum. De acordo com Arendt (2001), compreender e imaginar restringem as movimentações de violência. Para a autora, "a violência começa onde a palavra acaba" (Arendt, 2001, p. 231), ou seja, onde não há possibilidade de diálogo e ação política. E quando isso acontece,

> *[...] os clichés [que] penetram na nossa linguagem e discussões quotidianas talvez indiquem o grau em que não só nos espoliámos da faculdade de falar, como estamos dispostos a usar meios violentos, mais eficazes que os maus livros (e só os maus livros podem ser boas armas), para fazermos vingar nossas posições (Arendt, 2001, p. 232).*

Pela dinâmica da mentalidade alargada, "A imaginação relaciona-se também com a capacidade de desenvolver narrativas para além de clichês e das noções 'automatizadas' presentes no cotidiano" (Beneditti e Schio, 2019, p. 268). A proposta de alargamento da mentalidade pode ser posta em diálogo com o entendimento das práticas do jornalismo ao não se resumir à limitação dos clichês como estratégia de representação.

Arendt (1989) também apresentou reflexões sobre o trabalho quando realizado apenas na condição da permanência da vida ou pela manutenção rotineira das atividades exercidas. A vida perde o sentido político e o sujeito tem a representação de *animal laborans*, ou seja, sua condição humana se assemelha à de um animal e se anula perante a mera execução das suas necessidades; além disso, a proposta de criação do mundo se esvazia, dando lugar ao ritmo imposto ao corpo e à vida pelas atividades laborais. A consequência dessa condição de *animal laborans* é o afastamento dos sujeitos no espaço público, a completa solidão e a degradação das possibilidades de imaginar, pois "O próprio pensamento, ao tornar-se mera 'previsão de consequências', passou a ser função do cérebro, com o resultado de que se descobriu que os instrumentos eletrônicos exercem essa função muitíssimo melhor do que nós" (Arendt, 1989, p. 335). Por esse viés, o exercício do jornalismo, quando praticado na ausência de reflexão e privado das mediações na apuração dos acontecimentos, tende a ser uma manifestação que anula a pluralidade e promove a manutenção dos clichês de representações e das formas de atuação profissional.

Do ponto de vista jornalístico, a ideia da adoção de clichês apresenta uma série de complicações ao debate público, pois restringe as atividades jornalísticas à propagação de estereótipos e à circulação de ideias antecipadamente estabelecidas acerca da vivência e experiências das fontes e dos contextos apurados. Assim, conforme Arendt apresentou, há a limitação dos sentidos e do uso das linguagens e discursos. Os clichês não avançam para a imaginação, e os modos de compreender os acontecimentos e os sujeitos limitam-se a conceitos previamente conhecidos. Restringir os sentidos a signos refratados é o exercício de violência simbólica porque não reconhece os sujeitos e discursos enquanto pertencentes ao espaço público, já que não promovem o diálogo e limitam a pluralidade de significação. Além disso, promover os clichês

resume-se a paixões privadas, uma vez que não estabelece conversações para novos posicionamentos de sentido.

Arendt (1989, 2001) observa também que a redução dos sentidos aos clichês obedece às lógicas de doutrinação promovidas pelas ideologias, e este movimento hierarquiza quais grupos, sujeitos e discursos podem ser dignos de circulação no espaço público. A renitência das ideologias no tecido social não promove o alargamento das mentes nem a ação política para a criação do mundo em comum pela pluralidade de ideias, mas proporciona a destruição da originalidade de novas propostas para o espaço em comum, disseca o debate e "[...] resulta fundamentalmente de uma perversão da compreensão" (Arendt, 2001, p. 232), pois não possibilita a expansão dos sentidos. Assim, Correia (2012, p. 171) sustenta que "quando penso do ponto de vista dos outros, mais do que ampliar os domínios de meu próprio espírito, alargo minha própria perspectiva, em sua capacidade máxima de ser imparcial".

É interessante a forma como o autor traz a ideia de imparcialidade, que, por sua vez, não está relacionada com objetividade. A ideia de imparcialidade sugerida por Arendt, de fato, não tem qualquer relação com objetividade, e poderá ser empreendida no exercício do jornalismo como ação política. O desenvolvimento da imparcialidade é justamente o movimento realizado de pensar por si sem a mediação de doutrinas ou ideologias; é ter a liberdade de "pensar sem corrimão" (Arendt, 2019) pelo usufruto de liberdade. Entretanto, esse pensamento desprovido de corrimão, mesmo que seja solitário, não é realizado pela privação pública, mas é elaborado pela interface dos próprios valores do sujeito e da sociedade que estão em jogo e, conforme aponta Arendt, nunca é cessado, uma vez que pensar é o exercício de compreender. Os posicionamentos da autora são profícuos para o campo científico do Jornalismo e para pensar o exercício da profissão não apenas enquanto execução de uma tarefa laboral, mas pelo comprometimento ético e moral no combate à violência simbólica em nome da estruturação do espaço público e político contra estereótipos para a promoção de conhecimento e liberdade.

4. Considerações finais

A intenção de trazer as contribuições de Hannah Arendt aos estudos do Jornalismo pode oferecer outros caminhos epistemológicos para o campo e também proporcionar aberturas para refletir sobre a atuação profissional de jornalistas. A proposta de estabelecer diálogos interdisciplinares projeta outras perspectivas para além dos conhecimentos consagrados e amplia o pensamento e o desenvolvimento científico dos estudos em Jornalismo. Há pesquisas realizadas com base nas considerações de Arendt, como a de Bucci (2018), que se apropriou do conceito de Arendt sobre verdade factual para analisar a corrosão que provoca a disseminação de *fake news*, e a de Arias Neto e Amaral (2017), que se basearam nas contribuições da autora para reconhecer que o *impeachment* sofrido por Dilma Rousseff (PT) em 2016 foi uma demonstração fomentada pela mídia que ocasionou a fragmentação do espaço público pela ascensão das paixões privadas ao espaço público.

Arendt trouxe contribuições significativas para compreender os movimentos totalitários, a privação de liberdade e a destruição do espaço político, e, conforme apresentado, suas reflexões podem ser apropriadas aos estudos do Jornalismo para o desenvolvimento da pluralidade e de maior expressão da mentalidade alargada. A iniciativa de tensionar as práticas do Jornalismo com as ideias de Hannah Arendt promove o surgimento de outros olhares e outras reflexões sobre o campo, e, segundo a própria autora, o novo é sempre uma possibilidade de construir a política.

Além disso, a ideia de promover a mentalidade alargada em nome de aspectos libertários pode ser mais um caminho para refletir sobre a atuação profissional de jornalistas no combate à formação de estereótipos e limitação de sentidos e para perceber que o exercício profissional pode ser uma demonstração política a partir do momento em que não há fragmentação de liberdades ou a obscurescência de visibilidades e pluralidades discursivas.

Referências

ARENDT, H. 2008. *Homens em tempos sombrios*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo, Companhia das Letras.

ARENDT, H. 1994. *Lições sobre a filosofia política de Kant*. 2ª ed. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

ARENDT, H. 2018. *Liberdade para ser livre*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo.

ARENDT, H. 1989a. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. 10ª ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária.

ARENDT, H. 1998. *O que é política.* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

ARENDT, H. 2008. *A promessa da política*. Tradução de Pedro Jorgensen Jr.; revisão técnica de Eduardo Jardim; organização e introdução de Jerome Kohn. Rio de Janeiro, DIFEL.

ARENDT, H. 1989. *Origens do totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras.

ARENDT, H. 1997. *O conceito de amor em Santo Agostinho*. Lisboa, Instituto Piaget.

ARENDT, H. 2020. *Sobre a violência*. 13ª ed. Tradução de André de Machado Duarte. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

ARENDT, H. 2001. *Compreensão e política e outros ensaios*. Lisboa, Relógio D'Água Edições.

ARENDT, H. 2019. *Pensar sem corrimão*. Lisboa, Relógio D'Água Edições.

ARIAS NETO, J.M.; AMARAL, M.E.P. 2017. Perversión y política en el impeachment de Dilma Rousseff. *Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación*, 135:55-70. DOI: https://doi.org/10.16921/chasqui.v0i135.3157

BENEDETTI, E.J.B.; SCHIO, S.M. 2019. A "mentalidade alargada" e os migrantes: reflexões a partir do pensamento político de Arendt. *Revista Eletrônica Direito e Política*, **14**(2):265-290. Disponível em: https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/15081. Acesso em: 27 out. 2020.

BRANCO, J.C.; ROCHA, L.F. da. 2018. A dimensão política da linguagem na perspectiva de Hannah Arendt. *Griot: Revista de Filosofia*, [s. l.], **17**(1)218-239. DOI: 10.31977/grirfi.v17i1.799.

BUCCI, E. 2000. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo, Companhia das Letras.

BUCCI, E. 2018. Pós-política e corrosão da verdade. *Revista USP*, 116:19-30. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i116p19-30.

CORREIA, A. 2012. Juízo, imaginação e mentalidade alargada: a interpretação arendtiana do juízo estético kantiano. *Rev. Filos. Aurora*, **24**(34):157-175.

FENAJ. 2014. Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Fenaj. Disponível em: https://fenaj.org.br/wpcontent/uploads/2014/06/04codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em: 26 out. 2020.

FESTA, R. 1986. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. *In:* R. FESTA; C. LINS DA SILVA (org.), *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo, Edições Paulinas, p. 9-30.

GRINBERG, M.S. 1987. *A comunicação alternativa na América Latina*. Petrópolis, Editora Vozes.

MEDINA, C. 1986. *Entrevista: diálogo possível*. São Paulo, Editora Ática.

MEDITSCH, E.B.V.; SEGALA, M. 2005. Vozes do povo e vozes do poder: uma análise dos atores das notícias do principal telejornal brasileiro. *Prisma.com*, **1**(1):16-42.

MEDITSCH, E. 2001. *O rádio na era da informação*. Ed. brasileira. Florianópolis, Insular/Edufsc.

PASQUALI, A. 1973. *Sociologia e comunicação*. Petrópolis, Editora Vozes.

PONTES, F.S. 2017. Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo: 30 anos do Segredo da Pirâmide. *Brazilian Journalism Research*, **13**(1):164-181.

SCHMITZ, A.A. 2010. *Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes empresariais nas relações com jornalistas de economia e negócios*. Florianópolis, SC. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

WOLF, M. 2001. *Teorias da Comunicação*. Lisboa, Editorial Presença.

YOUNG-BRUEHL, E. 1997. *Por amor ao mundo*. Tradução de Antônio Trânsito. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

Artigo submetido em 01-11-2020
Aceito em 01-11-2020